www.pwc.com.br

# SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente





## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os



assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e
  consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos
  procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria
  apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante
  resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar
  os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Jose Vital Pessoa Monteiro Filho

Signed By: JOSE VITAL PESSOA MONTEIRO FILHO:85612618468
CPF: 85612618468
Signing Time: 30 March 2022 | 21:09 BRT

ICP

José Vital Pessoa Monteiro Filho Contador CRC 1PE016700/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Contro	ladora	Consolidado	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	73.938	79.108	204.501	137.794
Contas a receber	7	37.243	32.827	77.515	82.007
Tributos a recuperar		1.873	1.865	4.218	4.349
Outros créditos	8	1.702	2.917	9.113	11.152
Total do ativo circulante		114.756	116.717	295.347	235.302
Não circulante					
Contas a receber	7	1.395	2.915	10.658	14.699
Partes relacionadas	17	384	33.384	-	33.000
Adiantamentos para futuro investimento	17	2.884	-	-	-
Depósitos judiciais	18	1.087	520	7.689	6.589
Outros créditos	8	2.267	696	25.493	8.319
Tributos diferidos	23	20.917	16.015	53.001	47.140
Investimentos	9	1.109.532	1.073.239	45	45
Imobilizado, líquido	10	29.392	30.561	270.706	279.142
Direito de uso	14	114.025	98.702	480.546	387.527
Intangível, líquido	11	27.338	13.487	767.102	768.043
Total do ativo não circulante		1.309.221	1.269.519	1.615.240	1.544.504
Total do ativo		1.423.977	1.386.236	1.910.587	1.779.806

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	15.311	-	22.628
Debêntures	13	50.633	43.159	50.633	43.159
Fornecedores		10.609	7.213	19.173	14.283
Obrigações com partes relacionadas	17	299	243	299	243
Obrigações trabalhistas	15	18.798	13.919	40.521	34.188
Obrigações tributárias	16	10.357	8.777	17.426	15.819
Dividendos a pagar	20.d	5.327	-	5.327	-
Adiantamentos de clientes		8.269	6.134	22.805	21.310
Passivo de arrendamento	14	20.051	15.302	32.880	23.380
Obrigações por aquisição de participações societárias	19	41.953	-	43.155	1.162
Outras contas a pagar		213	94	4.238	4.098
Total do passivo circulante		166.509	110.152	236.457	180.270
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	_	_	1.222
Debêntures	13	717.500	758,750	717.500	758.750
Obrigações com partes relacionadas	17	-	2.100	-	-
Obrigações tributárias	16	8.181	12.939	24.397	30.800
Tributos diferidos	23	-	-	-	154
Provisão para demandas judiciais	18	4.954	2.866	28.207	18.420
Passivo de arrendamento	14	107.977	94.747	484.864	384.330
Obrigações por aquisição de participações societárias	19	313.022	340.030	313.022	341.192
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.000	1.000	1.000	1.000
Outras contas a pagar		-	-	306	16
Total do passivo não circulante		1.152.634	1.212.432	1.569.296	1.535.884
Patrimônio líquido					
Capital social	20	54.882	54.882	54.882	54.882
Reservas de lucros	20	49.952	8.770	49.952	8.770
Total do patrimônio líquido	20	104.834	63.652	104.834	63.652
Total do patimonio ilquido		107.004	00.002	107.004	00.002
Total do passivo e patrimônio líquido		1.423.977	1.386.236	1.910.587	1.779.806

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

			Controladora		Consolidado
	Notas	2021	2020	2021	2020
			(Reapresentado (Nota 1.3))		(Reapresentado (Nota 1.3))
Receita líquida	24	385.867	359.078	774.584	757.172
Custo dos serviços prestados	25	(184.477)	(180.129)	(401.700)	(383.340)
Lucro bruto		201.390	178.949	372.884	373.832
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	(101.725)	(105.609)	(192.653)	(270.373)
Resultado de equivalência patrimonial	9	36.293	(2.013)	-	-
Outras receitas, líquidas	25	2.909	773	7.199	6.188
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		138.867	72.100	187.430	109.647
Receitas financeiras	26.1	3.574	1.503	9.581	5.236
Despesas financeiras	26.2	(92.056)	(64.291)	(147.325)	(104.082)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		50.385	9.312	49.686	10.801
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	(1.278)	(926)	(1.692)	(875)
Diferido	23	4.902	5.938	6.015	4.398
Lucro líquido do exercício		54.009	14.324	54.009	14.324
Média ponderada das ações no exercício	21	2.262.398	2.262.398		
Lucro básico e diluído por ações em reais	21	23,87	6,33		
= 0.0 × 0.00 0 0.10.00 p.0. 0.3000 0111 100.10		20,01	0,00		

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidad	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício Outros resultados abrangentes	54.009 -	14.324	54.009 -	14.324
Total do resultado abrangente do exercício	54.009	14.324	54.009	14.324

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

			Reserv	vas de capital		Reserva	s de lucros		
			Futuro	Total de	_		Total das		
		Capital	aumento	reservas de	Retenção	Reserva	reservas	Lucros	
	Notas	social	de capital	capital	de lucros	legal	de lucros	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		29.462	25.000	25.000	18.090	5.093	23.183	-	77.645
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.324	14.324
Aumento de capital		25.420	(25.000)	(25.000)	-	-	-	-	420
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal		-	-	-	-	716	716	(716)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(3.581)	(3.581)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	_	-	-	-	(15.129)	-	(15.129)	(10.027)	(25.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	_	54.882	-	-	2.961	5.809	8.770	-	63.652
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	54.009	54.009
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	-	-	2.700	2.700	(2.700)	-
Distribuição de dividendos	20.d	-	-	-	-	-	-	(7.500)	(7.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	(5.327)	(5.327)
Retenção de lucros	20.c	-	-	-	38.482	-	38.482	(38.482)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	_	54.882	-	-	41.443	8.509	49.952	-	104.834

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)					
			ontroladora		Consolidado
Describited as an area to act	Notas	2021	2020	2021	2020
Das atividades operacionais Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		50.385	9.312	49.686	10.801
Resultado de equivalência patrimonial	9	(36.293)	2.013	49.000	10.001
Depreciação e amortização	10 e 11	10.750	8.592	42.701	59.665
Amortização do direito de uso	14	18.363	14.762	38.705	28.900
Amortização do custo de captação	13	702	671	702	671
Encargos financeiros sobre financiamentos	12	609	858	1.045	2.436
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	19	14.944	7.409	15.025	7.484
Juros de debêntures	13	44.737	28.830	44.737	28.830
Juros sobre passivo de arrendamento	14	12.113	11.057	43.350	32.544
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	7	469	(131)	1.640	(1.530)
Provisão para demanda judicial	18	872	(198)	1.863	`2.466
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação	7	10.700	` '		E0 070
duvidosa	7	18.709	26.041	40.808	59.972
Baixa de imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	-	2.516
Baixa por descontinuidade de arrendamento	14		-		(5.616)
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e		136.360	109.216	280.262	229.139
contribuição social com o fluxo de caixa		130.300	109.210	200.202	229.139
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		(22.074)	(30.362)	(33.915)	(76.160)
Depósitos judiciais		1.005	(91)	(1.100)	(1.392)
Tributos a recuperar		(8)	(393)	131	(440)
Outros créditos		(356)	(1.280)	(6.850)	2.739
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		3.396	1.734	4.890	616
Obrigações trabalhistas		4.879	(2.894)	6.333	(9.863)
Obrigações tributárias		(4.001)	(4.717)	(5.845)	(5.739)
Adiantamentos de clientes		2.135	3.561	1.495	708
Outras contas a pagar		(236)	93	69	1.081
		121.100	74.867	245.470	140.689
Imposto de renda e contribuição social pagos		(455)	(1.424)	(643)	(1.442)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		120.645	73.443	244.827	139.247
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	19	-	-	(1.202)	(1.162)
Aquisição Positivo, líquido de caixa adquirido	5	-	(311.640)	-	(305.405)
Aquisição de imobilizado	10	(4.489)	(1.714)	(12.382)	(4.527)
Aquisição de intangível	11	(18.943)	(4.886)	(20.942)	(5.774)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(23.432)	(318.240)	(34.526)	(316.868)
		C	ontroladora		Consolidado
		2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos	20	(7.500)	(28.737)	(7.500)	(28.737)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(15.920)	(9.279)	(24.895)	(16.824)
Captação de debêntures	13	-	467.399	-	467.399
Pagamento de debêntures	13	(79.215)	(30.861)	(79.215)	(30.861)
Pagamento de arrendamento	14	(27.820)	(19.056)	(65.040)	(47.011)
Partes relacionadas	17	`28.072	(56.994)	`33.056	(36.360)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de			222 472	(4.42.504)	207 606
financiamento		(102.383)	322.472	(143.594)	307.606
Aumento (decréscimo) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5.170)	77.675	66.707	129.985
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		79.108	1.433	137.794	7.809
No fim do exercício		73.938	79.108	204.501	137.794
Aumento (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		(5.170)	77.675	66.707	129.985
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,					

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1.1 Contexto operacional

A SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. ("Universidade Cidade São Paulo - UNICID" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo - SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pósgraduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos: o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pósgraduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância: a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

#### 1.2 Ações e impactos causados pela pandemia COVID-19

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia se manteve alinhada às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às políticas adotadas pelas autoridades governamentais para garantir, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos com a Companhia: alunos, colaboradores, terceiros, seus familiares e a sociedade como um todo.

No segmento de educação, as autoridades estaduais e municipais de saúde, em diversos estados e municípios, mantiveram a suspensão de aulas presenciais em escolas, faculdades e universidades, públicas e particulares, sendo autorizadas somente as aulas práticas de forma presencial, seguindo um rígido protocolo de segurança no combate a COVID-19. Com isso, no 3º trimestre de 2021 tivemos a retomada presencial das atividades práticas de diversos cursos, principalmente da área da saúde. O retorno de todas as atividades presenciais está em avaliação pelas autoridades governamentais, considerando o cenário atual de avanço da vacinação e controle da pandemia, e está prevista para o primeiro semestre de 2022.

Vale destacar que mesmo no cenário de crise econômica provido pela pandemia, o caixa ou o capital circulante líquido da Companhia para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 não foi significativamente impactado. Visto que mesmo com o fechamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das unidades presenciais a Companhia manteve a prestação dos serviços educacionais a partir de suas plataformas virtuais, obtendo excelentes níveis de adesão e engajamento por parte dos alunos. Com isso, não houve interrupção na prestação dos serviços contratados pelos alunos até o presente momento.

A Companhia, por sua vez, continuará atenta às novas orientações das autoridades de saúde, e também acompanhará os avanços no processo de vacinação, mantendo sempre os *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da Covid-19 nos resultados da Companhia.

#### 1.3 Reapresentação das cifras comparativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram identificados ajustes referentes a valores relativos a gastos com publicidade e propaganda indevidamente alocados na rubrica de "Custo dos serviços prestados" e valores relativos a gastos com salários e encargos trabalhistas dos técnicos acadêmicos e atualizações monetárias na rubrica de "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações dos resultados do exercício da Controladora e Consolidado, para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2020.

#### Demonstrações dos resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

			Controladora			Consolidado
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita Líquida	359.078	-	359.078	757.172	-	757.172
Custo dos serviços prestados	(176.688)	(3.441)	(180.129)	(364.476)	(18.864)	(383.340)
Lucro Bruto	182.390	(3.441)	178.949	392.696	(18.864)	373.832
(Despesas) e receitas operacionais	(110.585)	3.736	(106.849)	(283.350)	19.165	(264.185)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	71.805	295	72.100	109.346	301	109.647
Resultado financeiro	(62.493)	(295)	(62.788)	(98.545)	(301)	(98.846)
Lucro antes do IR/CS	9.312	-	9.312	10.801	-	10.801
IR/CS	5.012	-	5.012	3.523	-	3.523
Lucro líquido do exercício	14.324	-	14.324	14.324	-	14.324

#### 2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022.

#### 2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Razão social	31/12/2021	31/12/2020
Participação Direta		
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ('Unipê")	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	99,99%	99,99%
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. ("Positivo")	99,99%	99,99%
Participação Indireta		
Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda. ("Cesa")	99,99%	99,99%

<sup>(</sup>i) As empresas relacionadas fizeram parte da combinação de negócios do grupo Positivo. A Companhia visando otimizar suas atividades operacionais decidiu incorporá-las ao Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial, com seus efeitos registrados no patrimônio líquido e não só no resultado do exercício.

#### 2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado.

Os ativos de indenização devem ser reconhecidos e mensurados com base em premissas consistentes com aquelas utilizadas para mensurar o item objeto da indenização, estando sujeitos à avaliação da Administração quanto às perdas potenciais por valores incobráveis e estando também sujeitos a quaisquer limitações contratuais para o montante da indenização que decorre de passivo contingente não reconhecido na data da aquisição por não ter sido possível mensurar o seu valor justo com confiabilidade nessa data. Os ativos atrelados às garantias sobre os processos de ex-mantenedor estão sendo demonstrados conforme Nota 8, bem como a movimentação sobre os passivos de contingências relacionado a tais garantias estão sendo demonstrados conforme Nota 18.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurarse o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

#### 2.3 Classificação circulante e não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

#### 2.4 Tributos

#### Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

#### Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no
reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de
negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou
prejuízo fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

 Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

#### Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

#### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 2.6 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente registrados pela Companhia e suas controladas, quando se tornam parte de disposições contratuais de determinado instrumento.

#### i. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

#### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do
  ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem
  atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e
  suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a
  Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os
  riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência, além do contas a receber de alunos (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pois de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

#### ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

#### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

#### 2.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2.8 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

#### 2.9 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos exercícios apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

- (a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 3 a 19 anos, variando de acordo com o período de utilização dos ativos.
- (b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que variam em torno de 3 a 19 anos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

#### 2.10 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Companhia como arrendatário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

#### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.12.

#### Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como custos dos serviços prestados no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### 2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Prazo esperado
Ativo	de amortização
Carteira de clientes	De 3 anos até 5 anos e 1 mês
Marca	De 25 anos até 25 anos e 6 meses
Licenças MEC	Indefinida
Cláusula de não concorrência	5 anos
Pólos de ensino	De 4 anos e 5 meses até 14 anos e 1 mês
Produção de Materiais – EAD	5 anos
Software	5 anos

#### Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

#### Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Considerando ser um ativo intangível de vida útil indefinida, foi efetuado teste de recuperabilidade conforme descrito na nota 11.

#### 2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Frente ao atual cenário econômico financeiro do país, a Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam gerar algum *impairment* em seus ativos não financeiros frente à COVID-19. Os impactos foram estruturados com base na melhor informação disponível até o momento. Após a conclusão dos testes de recuperação dos ativos, que foram realizados para a data-base de 31 de outubro de 2021, a Companhia não identificou elementos que indiquem a necessidade de constituição de provisão para *impairment* em 31 de dezembro de 2021.

#### Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 2.14 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 2.15 Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

#### 2.16 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2.17 Receita diferida

Com a mudança do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil para a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, foi identificado um arrendamento em uma controlada indireta da CEUNSP, que nos termos da norma, não se qualificam como arrendamento mercantil e sim como um retroarrendamento do imóvel. A operação de sale and leaseback, resultou em um ganho auferido na transação, e à luz da norma, este ganho foi registrado no passivo da Companhia como uma receita diferida que está sendo amortizado ao longo do prazo do arrendamento.

#### 2.18 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas

O CPC 47/IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das atividades operacionais da Companhia:

#### Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

#### Venda de produtos

A receita pela comercialização de produtos é reconhecida no cumprimento das obrigações ao transferir o produto ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ao longo do contrato, conforme o acordo comercial assumido. A Companhia e suas controladas utilizam a política de reconhecimento de receita na data em que o produto é entregue ao comprador, visto que os principais produtos são livros e apostilas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

#### 2.19 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

#### 2.20 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Não há novas normas CPC, IFRS ou interpretações IFRIC que entraram em vigor em 2021 que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 2.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

#### Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

#### Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020

Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 "Arrendamentos" alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

#### Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 3 Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

#### 4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

#### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

#### **Tributos**

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

#### Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

#### Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares.

A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

#### Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).

Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não exercê-la).

#### 5 Combinação de negócios

#### 5.1 Grupo Positivo

Em 05 de dezembro de 2019 a Companhia firmou um acordo de investimento com os acionistas do Grupo Positivo, detentores do Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.; Cesa - Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda.; Aussee Investimentos – Participações Societárias Ltda.; Hefa Investimentos – Participações Ltda.; Humboldt Investimentos – Participações Societárias Ltda.; Napoli Investimentos – Participações Societárias Ltda.; e Telurium Investimentos – Participações Societárias Ltda., para a aquisição de participação societária equivalente a 100% (cem por cento) do capital social total das empresas investidas, com assunção do controle a partir de 04 de março de 2020. A aquisição foi motivada, fundamentalmente, em razão do interesse da Companhia em expandir sua operação na região de atuação da adquirida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE), em 11 de fevereiro de 2020, por meio do ato de concentração nº 08700.000078/2020-09.

O preço pago é composto da seguinte forma:

Descrição	Valor
Preço de aquisição	538.767
Ajuste do preço (i)	19.014
Total da contraprestação	557.781

<sup>(</sup>i) Os ajustes de preço decorrentes de combinação de negócios incluem, principalmente, valores referentes a cessões de créditos de recebíveis e atualização financeira até a data de aquisição.

#### Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Segue posição dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 04 de março de 2020:

Descrição	Alocação preliminar em 29/02/2020	Revisão da alocação preliminar	Alocação final
Ativos			
	6.234		6.234
Caixa e equivalentes de caixa		-	
Contas a receber	20.342	-	20.342
Depósitos judiciais	4.431	-	4.431
Tributos a Recuperar	2.426	-	2.426
Arrendamentos	139.076	-	139.076
Tributos Diferidos	12.358	-	12.358
Outros Ativos	13.384	-	13.384
Imobilizado, líquido	55.322	-	55.322
Intangíveis	32.505	-	32.505
Marcas	-	72.326	72.326
Carteira de alunos	-	18.441	18.441
Cláusula de não concorrência	-	10.225	10.225
Licença MEC	-	82.893	82.893
Polos EAD	-	74.273	74.273
	286.079	258.158	544.237

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Alocação preliminar em 29/02/2020	Revisão da alocação preliminar	Alocação final
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	(124)	-	(124)
Fornecedores	(7.299)	-	(7.299)
Obrigações trabalhistas	(19.934)	-	(19.934)
Obrigações tributárias	(4.960)	-	(4.960)
Adiantamentos de clientes	(12.155)	-	(12.155)
Obrigações por aquisição de participações societárias	(3.428)	-	(3.428)
Arrendamentos	(145.858)	-	(145.858)
Provisão para demanda judiciais	(8.102)	(246)	(8.348)
Outros passivos	(2.886)	-	(2.886)
	(204.745)	(246)	(204.992)
Total de ativos identificáveis líquidos	81.334	257.912	339.246
Ágio	476.447	(257.912)	218.535
Total da contraprestação	557.781	-	557.781

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

#### Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis e da mais valia do imobilizado

Os critérios observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios e da mais valia do imobilizado foram conforme segue:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização
Marcas	72.326	Método da "economia de royalties"	25 anos
Carteira de alunos	18.441	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos e 10 meses
Cláusula de não concorrência	10.225	Método de "rendimentos excedentes"	5 anos
Licença MEC	82.893	"With or Without Method"	Indefinido
Polos EAD	74.273	Método "Fluxo de caixa incremental"	14 anos e 10 meses

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Saída de caixa líquida na aquisição da Positivo

	Março/2020
Preço de aquisição	557.781
Parcela retida (i)	(246.141)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(6.234)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	305.405

<sup>(</sup>i) As parcelas serão ajustadas pela variação do CDI e pagas conforme cronograma: R\$40.000 até 04 de agosto de 2022, outra parcela retida de R\$40.000 até 04 de março de 2024 e uma última parcela retida de R\$166.768 até 11 de fevereiro de 2028.

#### Cláusulas de reembolso de contingências

Conforme Nota 18(d), a Companhia possui cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros para contingências originadas em eventos passados, ocorridos antes da data de aquisição da Positivo com suas respectivas controladoras.

#### 6 Caixa e equivalentes de caixa

C	ontroladora Consolid			
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
3	3	4	4	
5.481	2.433	7.398	3.940	
68.454	76.672	197.099	133.850	
73.938	79.108	204.501	137.794	
	31/12/2021 3 5.481 68.454	31/12/2021     31/12/2020       3     3       5.481     2.433       68.454     76.672	31/12/2021     31/12/2020     31/12/2021       3     3     4       5.481     2.433     7.398       68.454     76.672     197.099	

O grupo de caixa e equivalentes de caixa é composto pelos numerários mantidos em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo que possuem prazo de realização inferior a 90 dias, sem risco de alteração de valor quando do resgate antecipado.

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações de renda fixa, estão concentradas em operações de CDB, substancialmente indexadas à variação de 99,5% a 101,5% do CDI (99,5% a 101% do CDI em 31 de dezembro de 2020), firmada com instituições financeiras nacionais de primeira linha.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 7 Contas a receber

		C	<u>ontroladora</u>	Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Mensalidades	(a)	69.702	74.447	142.410	183.722	
Crédito universitário	(b)	3.607	2.760	33.737	31.503	
Acordos em andamento	(c)	6.750	3.987	14.751	20.895	
Outras contas a receber	(d)	10.280	8.089	17.848	14.550	
Subtotal		90.339	89.283	208.746	250.670	
Provisão para perdas estimadas com créditos						
de liquidação duvidosa	(e)	(51.148)	(53.457)	(118.639)	(153.670)	
Ajuste a valor presente		(553)	(84)	(1.934)	(294)	
Total		38.638	35.742	88.173	96.706	
Circulante		37.243	32.827	77.515	82.007	
Não circulante		1.395	2.915	10.658	14.699	

- (a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.
- (b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e parcelamentos próprios.

O FIES é um financiamento educacional operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e que tem o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como agentes financeiros. Os valores contratados pelos alunos são repassados em forma de Certificados Financeiros do Tesouro Série E (CFT-E), que são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional. Esses títulos podem ser utilizados para compensação de tributos federais ou convertidos em caixa.

Para que o aluno contrate o FIES, é necessário que seja apresentado fiador ou que o aluno opte pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), um fundo administrado pela CEF com finalidade de garantir parte do risco em operações de crédito educativo.

O parcelamento próprio é uma modalidade de cobrança que permite aos alunos pagar a dívida no dobro do tempo do curso. Os valores são atualizados conforme reajuste dos preços dos serviços e sem a incidência de juros.

- (c) Referem-se a títulos negociados de acordo com a política de cobrança, em que os juros e multas podem ou não ser isentos de acordo com a negociação. Tais negociações ocorrem, principalmente, por meio de cartões, crédito e débito, ou boletos. Caso haja receita financeira, ela é reconhecida no momento do recebimento.
- (d) Parte substancial do saldo é representado pela rubrica de cartões a receber decorrente de mensalidades e valores recebidos em escritórios de cobrança terceirizados.
- (e) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise dos saldos de mensalidades e acordos conforme suas faixas de vencimento e estimativa de perda de cada carteira. Também são constituídas provisões para parcelamentos próprios e FIES, de acordo com a estimativa da futura inadimplência. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, à qual é recorrentemente provisionada. A administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. Em 2021, a Companhia alterou a política para baixa do contas a receber já provisionado há mais de 4 anos para 2 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber e estão de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros.

A movimentação da provisão para créditos para perdas estimadas com liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

		Controladora	Consolidado
(=)	Saldos em 31/12/2019	47.203	72.919
(+/-)	Constituições de provisão para perdas estimadas		
(+/-)	com créditos de liquidação duvidosa	26.041	59.972
(+)	Combinação de negócios	-	45.838
(+/-)	Baixa contra contas a receber (i)	(19.787)	(25.059)
(=)	Saldos em 31/12/2020	53.457	153.670
(+/-)	Constituições de provisão para perdas estimadas		
(+/-)	com créditos de liquidação duvidosa	18.709	40.808
(+/-)	Baixa contra contas a receber (i)	(21.018)	(75.839)
(=)	Saldos em 31/12/2021	51.148	118.639

<sup>(</sup>i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 2 anos o título é baixado (até 2020, a faixa de vencimento era 4 anos). Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

A composição dos valores a receber por faixa de vencimento é apresentada a seguir:

			Control	ladora			Consc	lidado
	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2021	%	31/12/2020	%
A vencer	18.213	20%	13.283	15%	60.306	29%	65.752	27%
Crédito universitário	3.607	4%	2.760	3%	33.737	16%	31.503	13%
Mensalidades a receber	-	0%	-	0%	751	0%	1.988	1%
Acordos em andamento	4.326	5%	2.433	3%	7.970	4%	17.712	7%
Outras contas a receber	10.280	11%	8.090	9%	17.848	9%	14.549	6%
Vencidos	72.126	80%	76.000	85%	148.440	71%	184.918	73%
Até 180 dias	30.587	34%	28.246	32%	60.628	29%	67.547	27%
Acima de 180 dias	41.539	46%	47.754	53%	87.812	42%	117.371	46%
Total	90.339	100%	89.283	100%	208.746	100%	250.670	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 8 Outros créditos

	C	ontroladora	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		
Adiantamentos a funcionários	808	791	5.675	4.993		
Adiantamentos a fornecedores	563	503	2.544	2.990		
Ativo indenizatório sobre provisão de						
contingência de ex-mantenedor (a)	2.267	199	24.719	4.740		
Outros	331	2.120	1.668	6.748		
Total	3.969	3.613	34.606	19.471		
Circulante	1.702	2.917	9.113	11.152		
Não circulante	2.267	696	25.493	8.319		

<sup>(</sup>a) Conforme o contrato de compra e venda das controladas, existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no pólo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores à Companhia e suas controladas, conforme apresentado na Nota 18 (d).

#### 9 Investimentos

#### a) Movimentação dos investimentos

_	Trust	Unipê	<b>Patrimonial</b>	Positivo	Acervo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(378)	307.851	208.012	-	21	515.506
Equivalência patrimonial	145	28.802	(2.128)	(12.850)	-	13.969
Amortização de Mais valia (i)	-	(1.945)	(3.115)	(10.922)	-	(15.982)
Equivalência patrimonial total	145	26.857	(5.243)	(23.772)	-	(2.013)
Aumento de capital	-	1.965	-	-	-	1.965
Combinação de negócios	-	-	-	557.781	-	557.781
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(233)	336.673	202.769	534.009	21	1.073.239
Equivalência patrimonial	-	28.943	(2.123)	27.581	-	54.401
Amortização de Mais valia (i)	-	(1.945)	(3.056)	(13.107)	-	(18.108)
Equivalência patrimonial total	-	26.998	(5.179)	14.474	-	36.293
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(233)	363.671	197.590	548.483	21	1.109.532
Saldo patrimonial das controladas	(233)	106.995	42.566	96.064		_
Ágio	` -	180.387	21.534	218.536		
Mais valia	-	76.289	133.490	233.883		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(233)	363.671	197.590	548.483	•	

<sup>(</sup>i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado das controladas diretas

			31 de dezem	
	Trust	Unipê	Patrimonial	Positivo
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	540	93.738	37	86.277
Ativo não circulante	-	62.494	42.561	449.375
Total do ativo	540	156.232	42.598	535.652
Passivo circulante	5	14.427	32	55.483
Passivo não circulante	768	34.810	-	384.105
Patrimônio líquido	(233)	106.995	42.566	96.064
Total do passivo e patrimônio líquido	540	156.232	42.598	535.652
Receita líquida	-	128.490	(7)	260.234
Custo dos serviços prestados	-	(66.949)	-	(150.274)
Despesas operacionais, líquidas	-	(22.528)	(2.116)	(43.887)
Despesas financeiras, líquidas	-	(9.341)	-	(39.920)
Imposto de renda e contribuição social	-	(729)	-	1.428
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	28.943	(2.123)	27.581
			31 de dezem	bro de 2020
	Trust	Unipê	Patrimonial	Positivo
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
		(Reapre	esentado)	
Ativo circulante	156	75.380	-	51.616
Ativo não circulante	-	44.037	44.689	370.916
Total do ativo	156	119.417	44.689	422.532
	_	00 ==0		10.550
Passivo circulante	5	20.553	-	49.559
Passivo não circulante	384	20.813	44.000	304.490
Patrimônio líquido	(233)	78.051	44.689	68.483
Total do passivo e patrimônio líquido	156	119.417	44.689	422.532
Donaita líquida		142.334		OFF 764
Receita líquida Custo dos serviços prestados	(2)	(51.102)	-	255.761 (136.684)
Despesas operacionais, líquidas	(3)	(49.874)	(2.128)	(136.784)
Despesas financeiras, líquidas	(3)	(10.351)	(2.120)	(25.706)
Imposto de renda e contribuição social	(2) 152	(2.205)	_	563
Lucro líquido do exercício	145	28.802	(2.128)	(12.850)
			\=/	(

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 10 Imobilizado

# a) Controladora

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2021
Custo								
Acervo bibliográfico	10.600	42	-	_	10.642	58	-	10.700
Equipamentos de informática	23.787	648	(117)	-	24.318	1.633	5	25.956
Máquinas e equipamentos	18.570	493	` -	-	19.063	2.296	(5)	21.354
Móveis e utensílios	16.966	143	-	-	17.109	338	-	17.447
Instalações	18.430	-	-	-	18.430	82	-	18.512
Benfeitorias em propriedades de terceiros	15.803	173	-	15	15.991	-	2.402	18.393
Imobilizações em andamento (i)	2.253	164	-	(15)	2.402	54	(2.402)	54
Outras imobilizações	2.249	51	-	` -	2.300	28	` <u>-</u>	2.328
	108.658	1.714	(117)	-	110.255	4.489	-	114.744
Depreciação								_
Acervo bibliográfico	(7.147)	(808)	-	-	(7.955)	(792)	-	(8.747)
Equipamentos de informática	(20.629)	(1.238)	117	-	(21.750)	(1.053)	-	(22.803)
Máquinas e equipamentos	(11.908)	(1.048)	-	-	(12.956)	(1.121)	-	(14.077)
Móveis e utensílios	(11.854)	` (887)	-	-	(12.741)	` (851)	-	(13.592)
Instalações	(18.234)	(143)	-	-	(18.377)	(37)	-	(18.414)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(3.266)	(1.579)	-	-	(4.845)	(1.586)	-	(6.431)
Outras imobilizações	(853)	(217)	-	-	(1.070)	(218)	-	(1.288)
-	(73.891)	(5.920)	117	-	(79.694)	(5.658)	-	(85.352)
	34.767	(4.206)	-	-	30.561	(1.169)	-	29.392

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### b) Consolidado

	Saldos em 31/12/2019	Reclassif.	Adições	Baixas	Transf.	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2021
Custo										
Terrenos	70.474	9.916	_	-	-	-	80.390	-	_	80.390
Prédios	111.266	(7.518)	_	-	310	-	104.058	-	-	104.058
Acervo bibliográfico	13.433	5.460	159	-	(7)	18.274	37.319	110	14	37.443
Equipamentos de informática	30.342	2.486	1.306	(2.917)	(1.226)	28.085	58.076	3.766	(9)	61.833
Máquinas e equipamentos	26.075	5.885	1.078	(1.498)	4.105	35.305	70.950	3.073	(5)	74.018
Móveis e utensílios	23.518	12.152	291	(5.743)	(1.436)	28.671	57.453	626	-	58.079
Instalações	18.865	1.318	-	(249)	3.111	-	23.045	128	-	23.173
Benfeitorias em propriedades de terceiros	16.028	(172)	635	(29)	(60)	25.628	42.030	-	10.051	52.081
Imobilizações em andamento (i)	14.695	(1.188)	926	-	(5.546)	113	9.000	4.627	(10.051)	3.576
Outras imobilizações	3.288	(412)	132	-	749	1.328	5.085	52	-	5.137
	327.984	27.927	4.527	(10.436)	-	137.404	487.406	12.382	-	499.788
Depreciação										
Prédios	(3.941)	(4.836)	(3.433)	-	(1.428)	-	(13.638)	(3.433)	-	(17.071)
Acervo bibliográfico	(7.960)	(5.460)	(1.973)	-	24	(13.636)	(29.005)	(1.998)	-	(31.003)
Equipamentos de informática	(22.353)	(3.380)	(4.025)	2.106	1.095	(22.061)	(48.618)	(3.951)	-	(52.569)
Máquinas e equipamentos	(13.040)	(779)	(4.586)	1.267	(5.986)	(19.888)	(43.012)	(4.972)	-	(47.984)
Móveis e utensílios	(13.617)	(9.178)	(3.257)	4.350	1.119	(21.091)	(41.674)	(2.964)	-	(44.638)
Instalações	(18.255)	(1.383)	(600)	249	249	-	(19.740)	(488)	-	(20.228)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(3.273)	28	(2.401)	3	-	(4.096)	(9.739)	(2.651)	-	(12.390)
Outras imobilizações	(3.154)	(2.939)	(362)	-	4.927	(1.310)	(2.838)	(361)	_	(3.199)
	(85.593)	(27.927)	(20.637)	7.975		(82.082)	(208.264)	(20.818)	•	(229.082)
	242.391	-	(16.110)	(2.461)	-	55.322	279.142	(8.436)	-	270.706

<sup>(</sup>i) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campus. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 11 Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

#### a) Controladora

	Movimentação	%taxa amortização	Saldos em 31/12/2019	Adições	Saldos em 31/12/2020	Adições	Saldos em 31/12/2021
Custo Softwares		20% a.a.	21.424	4.886	26.310	18.943	45.253
Amortizações Softwares		20% a.a.	(10.151)	(2.672)	(12.823)	(5.092)	(17.915)
Total		- -	11.273	2.214	13.487	13.851	27.338

#### b) Consolidado

	Saldos em			Combinação	Saldos em			Saldos em
Movimentação	31/12/2019	Adições	Baixas	de negócios	31/12/2020	Adições	Reclassif.	31/12/2021
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos	201.922	-	-	229.118	431.040	-	_	431.040
Mais Valia - Marcas	39.339	-	-	72.326	111.665	-	(29)	111.636
Mais Valia - Carteira de clientes	-	-	-	18.441	18.441	-	` -	18.441
Mais Valia - Licenças MEC	37.637	-	-	82.893	120.530	-	-	120.530
Mais Valia - Polos de Ensino	-	-	-	74.273	74.273	-	-	74.273
Mais Valia - Relacionamento com clientes	-	-	-	3.314	3.314	-	-	3.314
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	1.855	-	-	10.225	12.080	-	-	12.080
Marcas	-	-	-	-	-	-	29	29
Produção de materiais - EAD	-	1.891	(212)	22.541	24.220	-	-	24.220
Softwares	24.593	3.883	(486)	10.417	38.407	20.942	-	59.349
Total do Custo	305.346	5.774	(698)	523.548	833.970	20.942	-	854.912
<u>Amortização</u>								
Mais Valia - Marcas	(2.102)	(3.982)	-	-	(6.084)	(4.467)	26	(10.525)
Mais Valia - Carteira de clientes	-	(2.634)	-	-	(2.634)	(3.161)	-	(5.795)
Mais Valia - Polos de Ensino	-	(4.173)	-	-	(4.173)	(5.007)	-	(9.180)
Mais Valia - Relacionamento com clientes	-	(578)	-	(2.055)	(2.633)	(681)	-	(3.314)
Mais Valia - Cláusula de não concorrência	(492)	(2.078)	-	-	(2.570)	(2.416)	-	(4.986)
Marcas	-	-	-	-	-	-	(26)	(26)
Produção de materiais - EAD	-	(22.134)	206	(2.292)	(24.220)	-	-	(24.220)
Softwares	(10.598)	(3.449)	437	(10.003)	(23.613)	(6.151)	-	(29.764)
Total da Amortização	(13.192)	(39.028)	643	(14.350)	(65.927)	(21.883)	-	(87.810)
Total	292.154	(33.254)	(55)	509.198	768.043	(941)	-	767.102

Os ativos classificados como *Software* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de *software* sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de *software* com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

<u>Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.</u>

Em 31 de outubro de 2021 a Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (*Business Unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

	UGC's em	UGC's em
Entidades	31/12/2021	31/12/2020
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
lpê Patrimonial	Nordeste	Nordeste
Centro de Estudos Superior Positivo	Positivo	Positivo
Cesa – Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas	Positivo	Positivo

#### Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto nominal, números de alunos, ganho de margem anual pelo período de cinco anos e crescimento do EBITDA projetado, conforme abaixo:

Ágio na aquisição de participações	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2021	Taxa média de desconto (nominal)	Valor residual do ágio em 31/12/2020
Grupo Unipê	13,50%	201.922	12,30%	201.922
Positivo	13,50%	218.535	12,30%	218.535

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Taxa de desconto

A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGC's e na média ponderada do custo de capital da Companhia, a qual corresponde a taxa nominal.

#### Números de alunos

Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de até 2,0% a.a. (3,8% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

#### Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGC's com taxa de perpetuidade de 5,0% a.a. (4,0% a.a. em 31 de dezembro de 2020). A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

# Crescimento do Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (EBITDA) projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foi baseado na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de novas turmas, reposicionamento de preço e captação de alunos advindo de novas praças.
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campi adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

#### Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou como principal premissa o crescimento no número de alunos, e considerando o cenário que a taxa de crescimento dos alunos ocorra uma redução de 10% do estimado, não foi identificado nenhuma necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de até 7,9% (7,5% em 31 de dezembro de 2020) e ganhos de margem anuais de 0,8% (0,8% em 31 de dezembro de 2020).

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do EBITDA projetado, uma vez que as UGC's quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas (Censo do Ensino Superior).

Controladora

1 222

### 12 Empréstimos e financiamentos

#### (i) Composição

Não circulante

<u>Modalidade</u>		Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(b)	Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a		15.311
			-	15.311
Circulante			-	15.311
			c	onsolidado
<b>Modalidade</b>		Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	(a)	Variação CDI + taxa pré até 0,35% a.m	-	8.485
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(b)	Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	-	15.311
Contratos de arrendamento	(c)	Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.		54
				23.850
Circulante				22 628

- (a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia;
- (b) A Companhia celebrou uma Cédula de Crédito Bancário de R\$30.000 junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. em 17 de dezembro de 2018;
- (c) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (ii) Movimentação

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Saldo inicial	15.311	23.850
Apropriação de juros	609	1.045
Pagamento de juros	(620)	(2.632)
Pagamento de principal	(15.300)	(22.263)
Saldo final	-	-

#### 13 Debêntures

#### (i) Composição

			Controladora	(	Consolidado
Emissão	Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1 <sup>a</sup>	Taxa CDI + 1,40 a.a.	296.200	332.981	296.200	332.981
2 <sup>a</sup>	Taxa CDI + 1,40 a.a.	471.933	468.928	471.933	468.928
		768.133	801.909	768.133	801.909
	Circulante	50.633	43.159	50.633	43.159
	Não circulante	717.500	758.750	717.500	758.750

As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública e com esforços restritos de distribuição, possuem as seguintes características:

		Data da			Valor	Valor	Pagamento principal	
Emissão	Série	emissão	Vencimento	Quant.	unitário	emissão	e juros	Garantias
1 <sup>a</sup>	Única	10/09/2018	10/09/2025	330.000	1	330.000	Semestral (Mar. e Set.)	(a)
2 <sup>a</sup>	Única	29/02/2020	28/02/2027	470.000	1	470.000	Mensal	(b)

- (a) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Unipê, decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária das quotas da Unipê; e (iii) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.
- (b) A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) alienação fiduciária de 100% das quotas da Positivo; (ii) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESA; (iii) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Positivo; (iv) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA; e (v) fiança da Companhia, que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

#### (ii) Cláusulas restritivas ("Covenants")

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

consolidadas da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional. O resultado do quociente da divisão da dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado:

- Para a 1ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior a 3,5x até 2020 e igual ou inferior 3,0x após 2020, descontados de todos os impactos do IFRS-16; e
- Para a 2ª emissão da SECID o resultado deverá ser igual ou inferior a 4,0x em 2020, deverá ser igual ou inferior 3,7x após 2021 e deverá ser igual ou inferior a 3,0x após 2022, descontados de todos os impactos do IFRS-16.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia obteve a renúncia (*waiver*) dos credores a esse direito advindo do não atingimento desses índices e, consequentemente, em 30 de junho de 2020, procedeu a reclassificação da dívida entre curto e longo prazo. Em 01 de dezembro de 2020 os debenturistas e agente fiduciário concederam anuência prévia para a não observância dos índices financeiros (*waiver*) para a 1º e 2º emissão das debêntures da Companhia, excepcionalmente com relação a exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020.

#### (iii) Movimentação

	C	ontroladora	C	onsolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	801.909	335.870	801.909	335.870
Novas captações	-	470.000	-	470.000
Custo de novas captações	-	(2.601)	-	(2.601)
Pagamento de juros	(37.965)	(30.861)	(37.965)	(30.861)
Pagamento de principal	(41.250)	-	(41.250)	-
Apropriação dos juros	44.737	28.830	44.737	28.830
Amortização do custo	702	671	702	671
Saldo final	768.133	801.909	768.133	801.909

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2021 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2023	137.250
2024	158.250
2025	183.000
2026	84.000
acima de 2026	155.000
	717.500

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14 Arrendamentos

O passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento de pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento.

Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos Contratuais	Taxa
3 anos	9,64%
6 anos	10,57%
7 anos	9,96%
Mais de 8 anos	Entre 8,65% e 13,00%

#### (i) Movimentação do direito de uso

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	105.545	105.545
Adição por combinação de negócios - Positivo	-	139.076
Adição de novos contratos (a)	-	278.454
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	-	(114.606)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	7.919	7.958
Depreciação no exercício	(14.762)	(28.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	98.702	387.527
Direito de uso	127.250	433.555
( - ) Depreciação acumulada	(28.548)	(46.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	98.702	387.527

<sup>(</sup>a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Positivo.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	98.702	387.527
Adição de novos contratos	-	16.114
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	33.686	115.610
Depreciação do exercício	(18.363)	(38.705)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	114.025	480.546
Direito de uso	160.935	565.131
( - ) Depreciação acumulada	(46.910)	(84.585)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	114.025	480.546

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (ii) Movimentação do passivo de arrendamento

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.129	110.129
Adição por combinação de negócios - Positivo	-	145.858
Adição de novos contratos (a)	_	278.454
Baixas por descontinuidade dos arrendamentos	=	(120.222)
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	7.919	7.958
Contraprestação paga	(19.056)	(47.011)
Apropriação de encargos financeiros	11.057	32.544
Saldo em 31 de dezembro de 2020	110.049	407.710
Circulante	15.302	23.380
Não circulante	94.747	384.330
Saldo em 31 de dezembro de 2020	110.049	407.710

(a) Em 2020, os novos contratos de arrendamento estão relacionados substancialmente com a empresa adquirida Positivo.

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	110.049	407.710
Adição de novos contratos	-	16.114
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	33.686	115.610
Contraprestação paga	(27.820)	(65.040)
Apropriação de encargos financeiros	12.113	43.350
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	128.028	517.744
Circulante	20.051	32.880
Não circulante	107.977	484.864
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	128.028	517.744

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R\$369 (R\$787 em 31 de dezembro de 2020) relacionado aos contratos que não atende as premissas para a capitalização como direito de uso da norma.

Além dos valores apresentados acima, Companhia e suas controladas possuem 3 (três) contratos de arrendamento que contém termos de pagamentos variáveis, em complemento aos valores fixos de arrendamento. A Cláusula variável está relacionada ao atingimento de metas por faturamento nos cursos ministrados nos respectivos locais. Para o exercício de 2021, não houve atingimento de tais parâmetros, portanto, não houve qualquer desembolso adicional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (iii) Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos "compromissos futuros" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

			Consolidado
	Valor		
	nominal	(-) AVP	31/12/2021
Até um ano	38.729	(5.849)	32.880
Um ano até cinco anos	356.768	(178.292)	178.476
Cinco anos até dez anos	475.926	(371.264)	104.662
Dez anos até quinze anos	1.350.941	(1.220.627)	130.314
Acima de quinze anos	1.290.567	(1.219.155)	71.412
	3.512.931	(2.995.187)	517.744

#### (iv) Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

A Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas de "Custos" e "Despesas financeiras", respectivamente, as despesas de depreciação e juros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tais impactos montam os valores de R\$39.705 (R\$28.900 em 31 de dezembro de 2020) e R\$43.350 (R\$32.544 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

#### (v) Baixa por descontinuidade dos arrendamentos

Após a conclusão das combinações de negócios conforme descrito na Nota 5, a Administração da Companhia revisitou os contratos de arrendamento existentes em suas novas controladas e optou pela descontinuidade de 8 contratos que perfazem o montante apresentado. Vale colocar que a baixa dos respectivos contratos, líquidos dos direitos de uso, perfazem um ganho total no resultado de R\$5.616, alocado no grupo de outras receitas, líquidas.

# 15 Obrigações trabalhistas

	C	<u>ontroladora</u>	C	onsolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	6.756	4.032	11.264	7.355
Provisão para férias e encargos	8.232	6.751	21.152	19.072
FGTS a recolher	945	820	2.017	1.950
INSS a recolher	2.758	2.201	5.754	5.460
Outras obrigações	107	115	334	351
Total	18.798	13.919	40.521	34.188
Circulante	18.798	13.919	40.521	34.188

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 16 Obrigações tributárias

	С	ontroladora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
IRRF a recolher	3.098	2.461	6.035	6.034	
Impostos retidos	431	170	4.138	3.541	
ISS a recolher	839	731	2.109	1.665	
IRPJ e CSLL	245	-	350	106	
PIS e COFINS a recolher	710	474	928	686	
Parcelamentos (i)(ii)	13.215	17.880	28.263	34.587	
Total	18.538	21.716	41.823	46.619	
Circulante	10.357	8.777	17.426	15.819	
Não circulante	8.181	12.939	24.397	30.800	

# (i) Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	Unipê	Unipê	Unipê	Total
	(a)	(b)	(a)	(b)	(c)	
Valor original	49.866	606	10.632	1.731	430	63.265
(-) Pagamentos	(10)	-	(9.375)	(350)	-	(9.735)
Multa	-	64	2.530	6.742	34	9.370
Juros	-	212	14.033	10.910	13	25.168
Encargos	-	-	2.071	775	40	2.886
Saldo consolidado	49.856	882	19.891	19.808	517	90.954
<ul> <li>(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros</li> </ul>	(9.364)	-	(8.131)	(11.619)	-	(29.114)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	31.927	882	11.760	8.189	517	53.275
(+) Atualização	23.869	110	7.142	1.351	581	33.053
(-) Pagamentos	(42.954)	(619)	(8.226)	(5.424)	(842)	(58.065)
Saldos a pagar em 31/12/2021	12.842	373	10.676	4.116	256	28.263

# (ii) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unipê	Unipê	Unicid	Unipê	Total
	(a)	(a)	(b)	(b)	(c)	
Valor original	49.866	10.632	1.731	606	430	63.265
(-) Pagamentos	(10)	(9.375)	(350)	-	-	(9.735)
Multa	-	2.530	6.742	64	34	9.370
Juros	-	14.033	10.910	212	13	25.168
Encargos	-	2.071	775	-	40	2.886
Saldo consolidado	49.856	19.891	19.808	882	517	90.954
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(9.364)	(8.131)	(11.619)	-	-	(29.114)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	(8.565)	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	31.927	11.760	8.189	882	517	53.275
(+) Atualização	23.574	6.849	849	95	578	31.945
(-) Pagamentos	(38.066)	(6.710)	(4.576)	(533)	(748)	(50.633)
Saldos a pagar em 31/12/2020	17.435	11.899	4.462	444	347	34.587

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Parcelamento Federal REFIS IV, instituído pela legislação:
  - Lei nº 11.941 de 27 de maior de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esperas, vencidos até 2008, caso débitos em discursão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. A Companhia aderiu ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas.
  - Reaberturas do parcelamento REFIS Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas:
  - Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A controlada Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses.
- b) Parcelamento Federal: PERT acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A controladas Unipê e a Companhia aderiram em 2017, optando por 145 e 150 parcelas respectivamente.
- c) Parcelamento FGTS definido pela Resolução CCFGTS Nº 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas.

#### 17 Partes relacionadas

#### Controladora

31/12/2021			31/12/2020		
Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
-	1.000	-	-	1.000	-
384	-	-	384	-	-
-	-	-	-	2.100	-
2.500	-	-	-	-	-
		-			
-	-	-	33.000	-	-
-	299	(3.593)	-	243	(2.918)
2.884	1.299	(3.593)	33.384	3.343	(2.918)
_	299		33.384	2.343	
2.884			-		
2.884	1.299	-	33.384	3.343	<del>.</del>
_	200		_	243	
2.884			33.384	_	
	2.500 - - - - - - - - - - - - - - - - - -	Ativo Passivo  - 1.000  384 2.500  2.500  2.884 1.299  2.884 1.000  2.884 1.299  - 299  2.884 1.299	Ativo         Passivo         Resultado           -         1.000         -           384         -         -           2.500         -         -           -         299         (3.593)           2.884         1.299         (3.593)           2.884         1.000         -           2.884         1.299         -           2.884         1.299         -           2.884         1.299         -	Ativo         Passivo         Resultado         Ativo           -         1.000         -         -           384         -         -         384           2.500         -         -         -           -         -         -         -           -         299         (3.593)         -           2.884         1.299         (3.593)         33.384           2.884         1.000         -           2.884         1.299         33.384           -         299         33.384	Ativo         Passivo         Resultado         Ativo         Passivo           -         1.000         -         -         1.000           384         -         -         384         -           -         -         -         2.100           2.500         -         -         -         -           -         2.99         (3.593)         -         243           2.884         1.299         (3.593)         33.384         3.343           -         299         33.384         2.343         2.343           2.884         1.000         -         1.000           2.884         1.299         33.384         3.343           -         299         33.384         3.343

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
-	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
Com controladoras Cruzeiro do Sul Educacional S.A. (c)	1.000	-	-	1.000	-	
Outras partes relacionadas Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal Ltda. (a)	-	-	33.000	-	-	
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	299	(3.593)		243	(2.918)	
=	1.299	(3.593)	33.000	1.243	(2.918)	
Partes relacionadas	299		33.000	243		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000			1.000	<u>-</u>	
=	1.299		33.000	1.243	-	

- (a) Os contratos de mútuo entre Controladora e Controladas não tem juros pré-definidos e nem vencimento definido.
- (b) Refere-se ao montante total das parcelas mensais do imóvel relacionado ao Campus Pinheiros. O contrato de aluguel celebrado entre as partes possui prazo de vigência de 9 anos, contendo cláusula de prorrogação automática, sendo que todos os contratos possuem reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura.
- (c) Os adiantamentos para futuro investimento correspondem a valores enviados pela Companhia as suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses.

#### 18 Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais e administrativas são estabelecidas por valores atualizados, para questões cíveis, trabalhistas e tributárias em discussão, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	С	ontroladora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	
Processos cíveis (a)	4.280	2.290	5.221	4.285	
Processos tributários (b)	-	-	25	24	
Processos trabalhistas (c)	674	576	22.961	14.111	
Total	4.954	2.866	28.207	18.420	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para as demandas judiciais está descrita abaixo:

			Controladora
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.308	1.004	3.312
Adições	268	88	356
Reversões	(384)	(465)	(849)
Pagamentos	(126)	(108)	(234)
Atualizações	228	67	295
Processos Ex-Mantenedores	(4)	(10)	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.290	576	2.866
Adições	360	81	441
Reversões	(63)	(54)	(117)
Pagamentos	(356)	-	(356)
Atualizações	489	59	548
Processos Ex-Mantenedores	1.560	12	1.572
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.280	674	4.954

				Consolidado
	Cíveis	Tributários	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.405	-	3.208	6.613
Combinação de negócios - Positivo	287	213	7.848	8.348
Adições	473	-	14.306	14.779
Reversões	(1.457)	(213)	(10.944)	(12.614)
Pagamentos	(126)	-	(108)	(234)
Atualizações	233	-	68	301
Processos Ex-Mantenedores	1.470	24	(267)	1.227
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.285	24	14.111	18.420
Adições	318	-	1.144	1.462
Reversões	(109)	-	(62)	(171)
Pagamentos	(361)	-	-	(361)
Atualizações	513	-	59	572
Processos Ex-Mantenedores	575	1	7.709	8.285
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.221	25	22.961	28.207

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

#### (a) Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$ 5.221 em 31 de dezembro de 2021 (sendo R\$ 4.285 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre as ações que possuem risco provável, há 158 (cento e cinquenta e oito) ações (123 em 31 de dezembro de 2020) que envolvem, principalmente, pedidos de indenização por falha na prestação de serviços, danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ou alegação de vícios nos serviços prestados de natureza acadêmica e operacional, que totalizam prováveis perdas no montante de R\$ 3.520 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.964 em 31 de dezembro de 2020).

Ademais, há 31 (trinta e uma) ações (35 em 31 de dezembro de 2020), cujos objetos se referem a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, de modo que a responsabilidade está garantida contratualmente pelos ex-proprietários. Tais ações totalizam prováveis perdas no montante de R\$ 379 em 31 de dezembro de 2021 (R\$430 em 31 de dezembro de 2020).

#### (b) Processos tributários com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram o levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas. A Administração mantém provisão (consolidada) no montante de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2021 (R\$24 em 31 de dezembro de 2020).

#### (c) Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, adicional de insalubridade e multa por demissão antes do dissídio coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$ 22.961 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.111 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre os processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 com risco de perda provável, podemos destacar 73 (setenta e três) ações movidas por ex-funcionários contra a SECID e suas Controladas, pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extra e seus reflexos.

Em relação as ações acima destacadas, há 63 (sessenta e três) com valor provisionado de R\$ 19.681 em 31 de dezembro de 2021. Como se refere a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, a responsabilidade, está garantida contratualmente pelos exproprietários.

#### (d) Contingências sobre processos de ex-mantenedores

Parte dos processos da Companhia referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da Companhia, respeitados limites e condições do contrato de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Além do desembolso efetuado com base no percentual de responsabilidade da nova gestão, ao passo que o desembolso residual fica a cargo dos patronos dos ex-proprietários.

#### Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	C	ontroladora	C	onsolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Processos cíveis (i) Processos tributários (ii) Processos trabalhistas (iii)	3.111 39.956 238	6.109 37.727 426	23.899 49.058 25.306	19.147 62.508 3.509
Total	43.305	44.262	98.263	85.164

# (i) Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 23.899 (R\$ 19.147 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda possível podemos destacar:

O Centro Acadêmico Zilda Arns – CAZA, ajuizou ação coletiva contra a Universidade Positivo em 2020, visando a concessão de descontos nas mensalidades do curso de medicina enquanto perdurar a substituição das aulaspresenciais por meios digitais, em razão da pandemia causada pelo COVID-19. A liminar que concedeu descontos foi integralmente cassada, de modo que a Universidade não está mais obrigada a conceder descontos. Foi estimado o valor total de R\$ 11.587 para suportar eventuais perdas nesse processo.

#### (ii) Processos tributários com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza tributária com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$ 49.058 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 62.058 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre os principais processos, podemos destacar:

Há 6 (seis) processos judiciais movidos contra a SECID discutindo principalmente verbas que integram base de cálculo para recolhimento de contribuições sociais e previdenciárias, entre outros, somando risco possível de R\$ 30.008 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 23.517 em dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (iii) Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$ 25.306 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.509 em 31 de dezembro de 2020).

Dentre vários processos trabalhistas com risco de perda possível podemos destacar 94 (noventa e quatro) ações movidas por ex-funcionários contra a Cruzeiro do Sul e suas Controladas, pleiteando diferenças salariais por equiparação, desvio de função, horas extra e seus reflexos.

Em relação as ações acima destacadas, há 87 (oitenta e sete) ações, com valor de risco possível de R\$ 19.748 em 31 de dezembro de 2021. Como se refere a assuntos anteriores à aquisição das Controladas pela Companhia, a responsabilidade, está garantida contratualmente pelos exproprietários.

#### Quantitativo de processos

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Processos cíveis	355	411	1.583	1.217	
Processos tributários	19	14	50	47	
Processos trabalhistas	38	37	311	276	
Total	412	462	1.944	1.540	

#### Depósitos judiciais

	С	ontroladora	Consolidad			
	31/12/2021	31/12/2021 31/12/2020 31/12/2		31/12/2020		
Processos cíveis	356	43	961	43		
Processos tributários	574	381	4.360	4.415		
Processos trabalhistas	157	96	2.368	2.131		
Total	1.087	520	7.689	6.589		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 19 Obrigações por aquisições de participações societárias

_	Diretas (a)	Indiretas (b)	Consolidado
(=) Saldo em 31/12/2019	86.481	-	86.481
(+) Aquisição	246.141	-	246.141
(+) Combinação de negócios	-	3.410	3.410
(+) Juros apropriados	7.409	75	7.484
(-) Pagamentos de principal	-	(1.000)	(1.000)
(-) Pagamentos de juros	-	(162)	(162)
(=) Saldo em 31/12/2020	340.031	2.323	342.354
(+) Juros apropriados	14.944	81	15.025
(-) Pagamentos de principal	-	(1.000)	(1.000)
(-) Pagamentos de juros	-	(202)	(202)
(=) Saldo em 31/12/2021	354.975	1.202	356.177
Circulante	41.953	1.202	43.155
Não circulante	313.022	-	313.022

Em 31 de dezembro de 2021 referem-se: (a) ao principal da parcela retida das obrigações por aquisições das controladas Unipê R\$80.000 (R\$80.000 em 31 de dezembro de 2020), da Positivo R\$246.141, e respectivos juros reajustados pelo CDI, pela Companhia e (b) passivos assumidos acrescidos de juros reajustados pelo CDI pela aquisição da CESA através da combinação de negócios com acionistas anteriores a aquisição de sua controladora Positivo pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a parcela não circulante apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2024	19.033
2025	293.989
Total	313.022

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 20 Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia era de R\$54.882 (R\$54.882 em 31 de dezembro de 2020), composto em ambos exercícios por 2.262.398 ações ordinárias nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

	31/12/2	31/12/2021		2020	
Acionistas	Ações	% Part.	Ações	% Part.	
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	2.262.397	99,99%	2.262.397	99,99%	
Acionistas Pessoa Física	1	0,01%	1	0,01%	
	2.262.398	100,00%	2.262.398	100,00%	

#### b) Reserva legal

A reserva legal tem o objetivo de assegurar a integridade do capital social e somente pode ser usada para compensar perdas ou aumentar o capital social.

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado na rubrica de reserva de legal o valor de R\$8.509 (R\$5.809 em 31 de dezembro de 2020).

#### c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei nº 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2021, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R\$41.443 à reserva de retenção de lucros. Essa proposta seguirá para aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2022.

# d) <u>Dividendos</u>

Conforme o estatuto social da Companhia é garantido aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R\$5.327 a titulo de dividendos mínimos obrigatórios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos foram apurados conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	54.009	14.324
Base para reserva legal	54.009	14.324
Apropriação para reserva legal (Art.193 da Lei nº6.404)	(2.700)	(716)
Base para dividendo mínimo obrigatório	51.309	13.608
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	12.827	3.581
Dividendos intermediários distribuídos	(7.500)	-
Dividendos adicionais propostos	-	10.027
Total dividendos a distribuir	5.327	13.608
Destinação para reserva de retenção de lucros	38.482	-
Quantidade de ações em 31 de dezembro	2.262.397	2.262.397
Dividendo por ação em circulação - em reais	2,3546	6,0149

#### 21 Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Lucro por ação (básico e diluído)	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	54.009	14.324
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	2.262.398	2.262.398
Lucro por ação em R\$	23,87	6,33

# 22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

#### 22.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e/ou suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e/ou suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

#### Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6 e sobre empréstimos e financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 12 e 13, respectivamente.

#### Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2021, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2021:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Cenário em 31 de dezembro de 2021 (Controladora)

Operação	Risco	Таха	31/12/2021	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 9,15%)	73.938	67.173	65.636	64.100
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 9,15%)	768.133	768.133	785.704	803.275
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 17,79%)	128.028	128.028	133.722	139.416

#### Cenário em 31 de dezembro de 2021 (Consolidado)

Operação	Risco	Таха	31/12/2021	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI 9,15%)	204.501	185.789	181.539	177.289
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI 9,15%)	768.133	768.133	785.704	803.275
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 17,79%)	517.744	517.744	540.771	563.797

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidos por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

### Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

							Controladora
						31 de dezei	mbro de 2021
		Menos de	Entre	Acima		Efeito do	Valor
Passivos financeiros	Nota	1 ano	2 e 3 anos	de 3 anos	Total	desconto	contábil
Adiantamento de clientes		8.269	-	-	8.269	-	8.269
Debêntures	13	41.967	347.562	565.738	955.267	(187.134)	768.133
Fornecedores		10.609	-	-	10.609	-	10.609
Obrigações tributárias	16	10.823	9.188	165	20.176	(1.638)	18.538
Obrigações por aquisição de participação							
societária	19	43.809	21.671	349.564	415.044	(60.069)	354.975
Passivos de arrendamento	14	23.619	62.607	150.209	236.435	(108.407)	128.028
		139.096	441.028	1.065.676	1.645.800	(357.248)	1.288.552

							Controladora
						31 de deze	mbro de 2020
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	12	15.949	-	-	15.949	(638)	15.311
Debêntures	13	39.965	199.273	722.410	961.648	(159.739)	801.909
Fornecedores		7.213	-	-	7.213	· -	7.213
Obrigações tributárias	16	9.558	14.913	-	24.471	(2.755)	21.716
Obrigações por aquisição de participação							
societária	19	-	8.040	377.259	385.299	(45.269)	340.030
Passivos de arrendamento	14	18.843	49.202	209.804	277.849	(167.800)	110.049
		91.528	271.428	1.309.473	1.672.429	(376.201)	1.296.228

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

							Consolidado
						31 de dezer	nbro de 2021
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Adiantamento de clientes		22.805	-	-	22.805	-	22.805
Dividendos a pagar	20.d	5.327	-	-	5.327	-	5.327
Debêntures	13	41.967	347.562	565.738	955.267	(187.134)	768.133
Fornecedores		19.173	-	-	19.173	-	19.173
Obrigações tributárias	16	18.211	17.624	11.168	47.003	(5.180)	41.823
Obrigações por aquisição de participação							
societária	19	45.065	21.671	349.564	416.300	(60.123)	356.177
Passivos de arrendamento	14	38.729	98.845	3.375.357	3.512.931	(2.995.187)	517.744
		191.277	485.702	4.301.827	4.978.806	(3.247.624)	1.731.182

Cancalidada

							Consolidado
						31 de dezer	mbro de 2020
		Menos de	Entre	Acima		Efeito do	Valor
Passivos financeiros	Nota	1 ano	2 e 3 anos	de 3 anos	Total	desconto	contábil
Empréstimos e financiamentos	12	23.787	1.400	-	25.187	(1.337)	23.850
Debêntures	13	39.965	199.273	722.410	961.648	(159.739)	801.909
Fornecedores		14.283	-	-	14.283	· _	14.283
Obrigações tributárias	16	16.274	18.697	15.708	50.679	(4.060)	46.619
Obrigações por aquisição de participação							
societária	19	1.192	9.269	377.259	387.720	(45.366)	342.354
Passivos de arrendamento	14	28.790	79.741	6.157.592	6.266.123	(5.858.413)	407.710
		124.291	308.380	7.272.969	7.705.640	(6.068.915)	1.636.725

#### Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento (circulante e não circulante), menos caixa e equivalentes de caixa e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	-	23.850
Debêntures (nota 13)	768.133	801.909
Passivo de arrendamento (nota 14)	517.744	407.710
(=) Total dívida bruta	1.285.877	1.233.469
( - ) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(204.501)	(137.794)
(=) Total dívida líquida	1.081.376	1.095.675
Patrimônio líquido (nota 20)	104.834	63.652
Dívida líquida e patrimônio líquido	1.186.210	1.159.327
% Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	1031,5%	1721,4%

#### 22.2 Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Va	alor contábil	Valor justo		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Adinas financinas					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	204.501	137.794	204.501	137.794	
Contas a receber	88.173	96.706	88.173	96.706	
Outros créditos	34.606	19.471	34.606	19.471	
Total	327.280	253.971	327.280	253.971	
-					
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	-	23.850	-	23.052	
Debêntures	768.133	801.909	772.982	804.631	
Fornecedores	19.173	14.283	19.173	14.283	
Obrigações por aquisição de participação societária	356.177	342.354	356.177	342.354	
Passivos de arrendamento	517.744	407.710	486.679	388.890	
Total	1.661.227	1.590.106	1.635.011	1.573.210	

#### 22.3 Estimativa do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

• Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

# 23 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

	Controladora		Conso	idado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	50.385	9.312	49.686	10.801	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	
Imposto pela alíquota combinada	(17.131)	(3.166)	(16.893)	(3.672)	
Principais Adições e Exclusões:					
Despesas não dedutíveis	(296)	(269)	(600)	(1.283)	
Adições (exclusões) líquidas sem a constituição de diferido (i)	3.815	3.456	(1.825)	(6.884)	
Equivalência patrimonial	12.340	(684)	-	-	
Adicional e PAT	142	141	412	165	
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	-	-	(2.219)	(964)	
Isenção PROUNI (ii)	4.754	5.534	25.448	16.161	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	3.624	5.012	4.323	3.523	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.278)	(926)	(1.692)	(875)	
IR e CS diferidos no resultado do exercício	4.902	5.938	6.015	4.398	
Alíquota efetiva	7,19%	53,82%	8,70%	32,62%	

- (i) Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecido e outras despesas não dedutíveis.
- (ii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente e outras diferenças temporárias.
- (iii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

#### a) Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
Prejuízos fiscais / Base negativa CSLL	2.120	2.625
Arrendamento IFRS 16	4.135	3.330
Amortizações Mais Valia	10.873	6.419
Provisão de contingência	1.083	907
PCLD	2.241	3.086
Diferenças temporárias do lucro real	465	(352)
Total diferido ativo	20.917	16.015
Tributos diferidos, líquidos	20.917	16.015

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2021	31/12/2020
17.814	20.006
10.687	6.231
12.000	6.419
4.194	4.485
6.745	9.002
1.561	997
53.001	47.140
-	(154)
	(154)
53.001	46.986
	17.814 10.687 12.000 4.194 6.745 1.561 <b>53.001</b>

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

		Efeitos	
		Efeitos no	
Controladora	31/12/2020	resultado	31/12/2021
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	2.625	(505)	2.120
Amortizações Mais Valia	6.419	4.454	10.873
Arrendamento IFRS 16	3.330	805	4.135
Provisão de contingência	907	176	1.083
PECLD	3.086	(845)	2.241
Diferenças temporárias do lucro real	(352)	817	465
Total tributos diferidos ativos	16.015	4.902	20.917
Total tributos diferidos, líquidos	16.015	4.902	20.917

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Efeitos	
		Efeitos no	
Consolidado	31/12/2020	resultado	31/12/2021
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	20.006	(2.192)	17.814
Arrendamento IFRS 16	6.231	4.456	10.687
Amortizações Mais Valia	6.419	5.581	12.000
Provisão de contingência	4.485	(291)	4.194
PECLD	9.002	(2.257)	6.745
Diferenças temporárias do lucro real	997	564	1.561
Total tributos diferidos ativos	47.140	5.861	53.001
Passivo			
Diferenças temporárias do lucro real	(154)	154	-
Total diferido passivo	(154)	154	-
Tributos diferidos, líquidos	46.986	6.015	53.001

<sup>(</sup>i) A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização.

Os seguintes montantes foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL:

	Saldos	Base utilizada p/ IR/CS
Descrição	disponíveis(i)	diferidos ativos
		31/12/2021
Prejuízo fiscal	70.373	46.631
Base de cálculo negativa de CSLL	98.147	68.397
Descrição	Saldos disponíveis(i)	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Descrição		•
Descrição Prejuízo fiscal		diferidos ativos

<sup>(</sup>i) Para o exercício de 2021, conforme Instrução CVM, concluímos que a Companhia apresenta histórico de rentabilidade, e conforme projeções a empresa sustenta os Ativos diferidos no encerramento do exercício de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo por ano de realização:

Total	%
8.101	15%
7.765	15%
8.850	17%
8.469	16%
19.816	37%
53.001	100%
	8.101 7.765 8.850 8.469 19.816

# 24 Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta				
Cursos de graduação	952.173	816.683	1.685.622	1.317.504
Cursos de pós-graduação	10.961	10.980	46.753	48.700
Cursos técnicos e colégio	206	2.140	416	994
Outras receitas	1.583	801	3.484	3.337
	964.923	830.604	1.736.275	1.370.535
Deduções da receita bruta				
Descontos e devoluções	(567.715)	(460.977)	(935.822)	(587.980)
Tributos	(11.341)	(10.549)	(25.869)	(25.383)
Receita líquida	385.867	359.078	774.584	757.172

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Salários e encargos sociais	(144.134)	(142.391)	(316.498)	(344.571)
Depreciação de imobilizado	(5.658)	(5.920)	(20.818)	(20.637)
Depreciação do direito de uso	(18.363)	(14.762)	(38.705)	(28.900)
Amortização do softwares e produção de conteúdo EAD	(5.092)	(2.672)	(6.151)	(25.583)
Amortização do intangível		` · · · -	(15.732)	(13.445)
Aluguel	(213)	(492)	(695)	(923)
Condomínio e IPTU	(2.800)	(2.825)	(5.932)	(5.738)
Energia elétrica, água e telefone	(3.190)	(3.129)	(7.500)	(6.431)
Utilidades, limpeza e segurança	(4.039)	(4.185)	(14.670)	(11.661)
Publicidade e propaganda	(13.280)	(11.549)	(20.841)	(19.816)
Serviços de terceiros	(60.276)	(59.781)	(80.986)	(85.227)
Manutenção e reparos	(2.963)	(1.421)	(5.823)	(6.557)
Materiais de consumo	(1.973)	(1.335)	(5.138)	(6.270)
Provisão/reversão para demandas judiciais	(324)	493	(1.291)	(2.165)
Custos com parceria	(5.525)	(2.925)	(10.684)	(4.932)
Custos pedagógicos	(639)	(346)	(1.226)	(2.999)
Despesas com provisão para perdas estimadas créditos				
de liquidação duvidosa (Nota 7)	(18.709)	(26.041)	(40.808)	(59.972)
Passagens e diárias	(338)	(370)	(434)	(552)
Custos processuais	(473)	(208)	(566)	(1.182)
Indenização judicial	(218)	(111)	(1.561)	(163)
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	-	(2.516)
Outras receitas (despesas), liquidas	4.914	(4.995)	8.905	2.715
	(283.293)	(284.965)	(587.154)	(647.525)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(184.477)	(180.129)	(401.700)	(383.340)
Despesas gerais e administrativas	(101.725)	(105.609)	(192.653)	(270.373)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.909	773	7.199	6.188
	(283.293)	(284.965)	(587.154)	(647.525)

#### 26 Resultado financeiro

#### 26.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Receitas sobre aplicações financeiras	3.279	980	8.411	1.684	
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	288	357	509	2.838	
Outras receitas	7	166	661	714	
Total das receitas financeiras	3.574	1.503	9.581	5.236	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 26.2 Despesas financeiras

		Controladora		Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de				
controladas	(14.944)	(7.409)	(15.025)	(7.484)
Financiamentos estudantis, descontos concedidos e				
encargos financeiros sobre cartões de créditos	(12.627)	(13.257)	(32.215)	(30.279)
IOF	(8)	(47)	(16)	(88)
Juros bancários e multas	(5.299)	(1.998)	(8.023)	(2.979)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(609)	(858)	(1.045)	(2.436)
Encargos financeiros sobre debêntures	(44.737)	(28.830)	(44.737)	(28.830)
Amortização do custo de captação	(702)	(671)	(702)	(671)
Ajuste a valor presente	(469)	131	(1.640)	1.530
Juros sobre passivo de arrendamento	(12.113)	(11.057)	(43.350)	(32.544)
Outras despesas financeiras	(548)	(295)	(572)	(301)
Total despesas financeiras	(92.056)	(64.291)	(147.325)	(104.082)

# 27 Seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes (não auditado) para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Importância segurada	
	31/12/2021	31/12/2020
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	660.404	557.979
Perda ou pagamento de aluguel	21.000	21.180
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	450	770
Roubo de bens	683	893
Danos elétricos	3.000	3.470
Responsabilidade civil de Diretores e Administradores	-	2.850
Outros	14.960	9.222

\* \* \*

**Certificate Of Completion** 

Envelope Id: 5A4A1DBE8A254AF1AA7F83C71F357FFB

Subject: Please DocuSign: SECID21.DEZ.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 74 Signatures: 1 Certificate Pages: 2

AutoNav: Enabled

**Envelopeld Stamping: Enabled** Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia Initials: 0

**Envelope Originator:** 

Status: Completed

Marcos Galasso

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100 marcos.galasso@pwc.com IP Address: 201.56.5.228

**Record Tracking** 

Status: Original

30 March 2022 | 19:56

Status: Original

30 March 2022 | 21:10

Holder: Marcos Galasso

marcos.galasso@pwc.com

Holder: CEDOC Brasil

BR\_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Signer Events

Jose Vital Pessoa Monteiro Filho

jose.vital@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication

(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

**Electronic Record and Signature Disclosure:** 

Not Offered via DocuSign

Signature

Jose Vital Pessoa Monteiro Filho

Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 54.94.237.112

**Timestamp** 

Location: DocuSign

Location: DocuSign

Sent: 30 March 2022 | 19:58 Viewed: 30 March 2022 | 21:08 Signed: 30 March 2022 | 21:10

In Person Signer Events Signature **Timestamp Editor Delivery Events Status Timestamp Agent Delivery Events Status Timestamp** 

**Intermediary Delivery Events Timestamp** 

**Status** 

**Status** 

**Status** 

COPIED

COPIED

**Carbon Copy Events** 

**Certified Delivery Events** 

karen.barbieri@pwc.com

PwC BR

Karen Barbieri

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

**Electronic Record and Signature Disclosure:** 

Not Offered via DocuSign

Marcos Galasso

marcos.galasso@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

**Electronic Record and Signature Disclosure:** 

Not Offered via DocuSign

**Timestamp** 

**Timestamp** 

Sent: 30 March 2022 | 19:58

Sent: 30 March 2022 | 21:10 Viewed: 30 March 2022 | 21:10

Signed: 30 March 2022 | 21:10

Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	30 March 2022   19:58
Certified Delivered	Security Checked	30 March 2022   21:08
Signing Complete	Security Checked	30 March 2022   21:10
Completed	Security Checked	30 March 2022   21:10
Payment Events	Status	Timestamps